



# Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de  
Justiça  
 para os devidos fins.

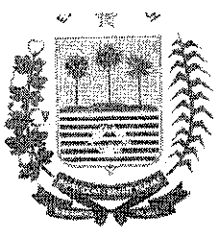
Em 07/08/21

pp. Manoel Lima  
 Conceição de Maria Lages Rodrigues  
 chefe do Núcleo Comissão Técnica

Ao Deputado Uliás  
Barral  
 para relatar

Em 12/08/21

Uliás  
 Presidente da Comissão de Constituição  
 e Justiça



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**Assembleia Legislativa**  
**Gabinete Deputado Hélio Isaías**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PROJETO DE LEI 150/24 ENCAMINHADO ATRAVÉS DE PROPOSIÇÃO DA  
DEPUTADA GRACINHA MÃO SANTA**

**EMENTA:** Declara Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Piauí a Parada da Diversidade de Teresina e da outras providencias.

**RELATOR:** Deputado **HÉLIO ISAIAS**

**1 – RELATÓRIO:**

Trata-se de Mensagem de autoria da Deputada Gracinha Mão Santa que Declara Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Piauí a Parada da Diversidade de Teresina e da outras providencias.

A autora justifica que a parada já é realizada desde o ano de 2.002 e que atrai um numero expressivo de pessoas, tendo recorde de público em 2018 quando atraiu público estimado de 120 mil pessoas.

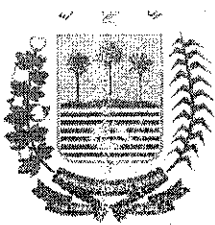
Assim requer o apoio dos colegas para a aprovação da presente lei.

É o relatório.

**2 – VOTO DO RELATOR:**

Sendo assim, nos termos dos art. 34 inciso I, 61, 137, 138 e 139 do Regimento Interno da Casa, passo a emitir parecer.

Sob o aspecto estritamente jurídico, a propositura reúne condições para prosseguir em tramitação, pois não se trata de matéria de competência exclusiva dos chefes do Executivo,



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**Assembleia Legislativa**  
**Gabinete Deputado Hélio Isaías**

judiciário, ministério público ou tribunal de contas, sendo caso que se enquadra nos termos do art. 75 da Constituição do Estado do Piauí.

Destaque-se que foi observado, in casu, a iniciativa está em consonância ao disposto no Regimento Interno desta Casa.

Ressalte-se, também, que a mesma está redigida em conformidade com as técnicas legislativas estabelecidas na Lei Federal nº 95/98.

Assim, manifesto-me pela aprovação dessa proposição em razão de sua constitucionalidade e legalidade.

**3 – PARECER DA COMISSÃO:**

Apresentado o parecer, submeto a apreciação dessa comissão.

EM discussão, em votação:

- ☒ a) Pela Aprovação
- b) Pela rejeição

APROVADO À UNANIMIDADE
EM, 13 / 08 / 24
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
Justiça

Sala das comissões técnicas da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, de agosto de 2024.

APROVADO À UNANIMIDADE
EM, 13 / 08 / 24
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
Administração Pública

Deputado HÉLIO ISAIAS

Relator

Acompanha o parecer da  
CCJ.

Dr. Hélio Rodrigues